



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário**

**TERMO DE REFERÊNCIA DOS CHALÉS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL**

1- Licitação para concessão de uso oneroso dos chalés nºs 17, 23 e 25,26 localizado no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório s/nº, observando-se a seguir os principais itens.

1.2 – O chalé nº 17 destinar-se-á exclusivamente para o ramo de comercialização de **hortifrutigranjeiros. (fruteira)**, com área de 26,73m<sup>2</sup>; O chalé nº 23 para o ramo de comercialização de **produtos orgânicos** com área de 12,41m<sup>2</sup>; O chalé nºs 25,26 para o ramo de comercialização de **floricultura** com área de 19,71m<sup>2</sup>; o chalé 20 para o ramo de **cafeteria, sorveteria e chocolataria** com área de 34,68m<sup>2</sup>.

1.3 - O valor mensal mínimo de locação para o chalé nº17 será de R\$ 427,68(quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos) e será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do contrato, pelos índices vigentes de variação da (URM) Unidade de Referencia Municipal. O valor mensal mínimo de locação para o chalé nº23 será de R\$ 198,56(cento e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do contrato, pelo índice da variação da (URM) Unidade de referencia Municipal. O valor mensal mínimo de locação para o chalé nºs 25,26 será de R\$ 315,36(Trezentos e quinze reais e trinta e seis centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do contrato, pelos índices vigentes da variação anualmente da (URM) Unidade de Referencia Municipal. O valor mínimo de locação para o chalé 20 será de R\$ 554,88 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do contrato, pelos índices da variação da (URM) Unidade de Referencia Municipal.

1.4 - O prazo de locação será de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do contrato;

1.5 - O valor mensal da concessão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda - SMF;

1.6 – Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;

1.7 – Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, condomínio de energia elétrica encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;

1.8 - A área do chalé nº 17 é de 26,73m<sup>2</sup>; chalé 23 é de 12,41m<sup>2</sup> dos chalés nº 25,26m<sup>2</sup> é de 19,71m<sup>2</sup>, não será permitido alterar as características arquitetônicas das dependências, bem como a colocação de produtos fora da área mencionada constituindo-se motivo para a imediata rescisão;

1.9 - A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço; as propostas com valor inferior ao estabelecido no edital serão desconsideradas;

1.10 - Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica, e que tem



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário**

pleno conhecimento do Decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

**1.11** - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;

**1.12** - O prazo de pagamento da concessão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

**1.13** - Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência da presente concessão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do contrato;

**1.14** - Todas as obras que se julgarem necessárias, só serão executadas com autorização pela concedente e fiscalizada com projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP;

**1.15** - As benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;

**1.16** - Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de cinco anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

**1.17** - A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização;

**1.18** - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;

**1.19** - Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de 500URM, Unidade de Referência Municipal pelo lapso de tempo devidamente comprovado;

**1.20** - O não cumprimento reiterado de cláusulas contratuais constituirá motivo para a plena rescisão do contrato;

**1.21** - Atestado de visita ao local, declarando que concorda em efetuar todos os pequenos reparos necessários, antes de iniciar as atividades comerciais, bem como as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária, igualmente, ciente que a assinatura do Termo de Contrato será após a obtenção ao alvará dos Bombeiros, dado condições para a SMF, liberar o alvará de funcionamento o referido atestado será fornecido pela SMDP, após a visita a dependência pelo participante e o documento será fornecido com prazo de dois dias antes da data de abertura das propostas.

**1.22** - Serão vedados à participação de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

**1.23** - Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências do Edital.

**1.24** - Não será permitida a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada, apenas expositores junto à tela com espaço mínimo de 0,20cm.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário**

**1.25** – Ao ser homologado o vencedor o Termo de Contrato só será assinado após a Secretária de Município de Desenvolvimento Primário obter ao alvará dos bombeiros para que a Secretária Municipal da Fazenda possa liberar o Alvará de funcionamento.

José Leomar Soares  
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário